

MUDANÇA CLIMÁTICA OU O DESCOMPASSO ENTRE POLÍTICA E CIÊNCIA

O conhecimento científico das mudanças climáticas induzidas pelo homem não foi uma descoberta imediata; foram necessárias muitas pesquisas. Três décadas se passaram entre o trabalho de Charles Keeling sobre a medição do conteúdo de CO₂ da atmosfera, iniciado em 1957, e os registros de Claude Lorius sobre o CO₂ atmosférico na Antártica em um passado distante. Essas descobertas demonstraram a ligação entre o estado do clima e o ciclo do carbono e deixaram clara a influência do homem no clima. Durante esse período, os cientistas também encontraram vestígios do passado climático em estalagmites de cavernas, sedimentos de oceanos e lagos, anéis de crescimento de árvores e corais fósseis. Esse conjunto de conhecimentos produziu um claro sinal de alerta sobre as consequências ecológicas e sociais potencialmente devastadoras do aquecimento global.

Desde então, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, criado em 1988 sob os auspícios das Nações Unidas, tem fornecido aos governos nacionais uma análise crítica do estado do conhecimento sobre as mudanças climáticas. Seus relatórios constituem a base comum de conhecimento científico a partir da qual os países negociam políticas globais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas de acordo com uma Convenção-Quadro estabelecida em 1992. Entretanto, os acordos firmados até o momento foram insuficientes para reduzir o CO₂ na atmosfera a níveis aceitáveis.

A solução para o problema agora é bem conhecida e consiste em uma transição energética que deve substituir o uso de combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis, aumentar a eficiência energética, interromper o desmatamento e desenvolver e usar tecnologias de captura e armazenamento subterrâneo de CO₂. A adaptação aos impactos adversos sobre as populações, especialmente as mais vulneráveis, também é necessária.

Desde o início das negociações, lobbies do setor, líderes políticos e vários grupos de pressão tentaram minar os fundamentos da abordagem científica das mudanças climáticas. Os oponentes, chamados de céticos do clima, foram particularmente cáusticos, negando as evidências científicas porque elas afetam diretamente não apenas os interesses privados das grandes corporações, mas também nossos estilos de vida, a maneira como comemos, a maneira como nos movemos, a maneira como consumimos. Os céticos tiveram algum sucesso em criar dúvidas na opinião pública

que atrasaram as decisões políticas, mas a ciência conseguiu superar os ataques gerando uma grande quantidade de novos dados, informações e conhecimentos, principalmente por meio do monitoramento por satélite e oceanográfico.

Atualmente, é muito difícil não admitir que as atividades humanas são responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa, que o clima está esquentando ou que a atual mudança climática não se deve a causas naturais. No entanto, isso não significa que todos os obstáculos para a implementação de soluções tenham sido superados; ainda há interesses geopolíticos defendidos pelos governos, especialmente os dos países que mais emitem gases de efeito estufa. Esse é o caso da China e da Índia que, embora tenham feito investimentos significativos em fontes renováveis, sua condição de superpopulação e crescimento econômico significa que sua demanda de energia é tão alta que eles consomem qualquer tipo de energia disponível, seja ela renovável ou fóssil, própria ou importada, e o saldo é favorável à energia fóssil. Os EUA, por sua vez, são confrontados com o fato de que não possuem os recursos de mineração para os metais e terras raras necessários para fabricar energia eólica e solar e tecnologias de bateria, nem as instalações para processá-los. Esses recursos e instalações estão localizados em grande parte na China, e a dependência de suprimentos chineses representa uma vulnerabilidade indesejável. Portanto, até que essa situação possa ser superada, acelerar a transição energética não será uma prioridade para os Estados Unidos. A Rússia, por sua vez, não tem uma estratégia de desenvolvimento de energia renovável e afirma que reduzirá suas emissões por meio da eficiência energética e da energia nuclear, mas os detalhes são desconhecidos.

Há uma necessidade urgente de mitigar toda essa dissonância geopolítica e fazer um esforço maior de convergência e cooperação internacional em questões climáticas. Os atuais confrontos e desconfianças precisam ser revertidos, permitindo o surgimento de uma concorrência limpa em termos de tecnologia, talento, fornecimento, mercados e regulamentação, em que o conhecimento científico será fundamental.

JUAN CARLOS SÁNCHEZ M.
Miembro del Panel Intergubernamental sobre
Cambio Climático (IPCC)
Co-receptor del Premio Nobel de la Paz, 2007